

20

v.11 n.20  
janeiro/junho 2023

# Revista Parlamento e Sociedade

## Políticas Públicas e Ações de Educação Política

### Apresentação

Humberto Dantas

### Educação para a democracia

– um estudo exploratório do  
**Parlamento Jovem de Palmeira (PR)**  
Edson Gil Santos Junior, Sérgio Soares Braga  
e Karina Vanessa Albano

### Engajamento Público nos Eventos Interativos do Portal E-Cidadania do Senado Federal

Cristiane Brum Bernardes  
e Alison Bruno Dias de Queiroz

### Educação Política à Luz do Novo Ensino Médio: o Caso da Politize!

Gabriel Marmentini, Bianca Ferreira  
e Paula Samogin

### Comunicando para a cidadania! O uso de estratégias de comunicação pública no Projeto Estudantes de Atitude

Isabella Amaral, Ive Sales e Marjorie Lynn

### Aprendendo a Fiscalizar: Uma Experiência de Educação Fiscal Mediada por Tecnologias Cívicas em Escolas de São Paulo

Gisele Craveiro, Alexandre Gama,  
Carla Aragão, M. A. Tumbiolo Tosi Gioia  
e Silvia Craveiro

### Educação para cidadania, política e democrática: o Programa de Extensão Politizar da UFG

Diego Trindade, Janaina Sevá,  
Frederico da Rocha e Laís Forti Thomaz

### Política se aprende jogando: o jogo FuraCâmara e a educação política de jovens em tempos de pandemia

Matheus Fred Schulze, Géssica de Freitas,  
Beatriz Mezzalira e Camila Cassis



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SÃO PAULO**

# Educação Política à Luz do Novo Ensino Médio: o Caso da Politize!

Gabriel Marmentini<sup>1</sup>

Bianca Ferreira<sup>2</sup>

Paula Samogin<sup>3</sup>

## Resumo

O objetivo do presente artigo, de cunho descritivo e qualitativo, é apresentar o caso da Politize!, organização da sociedade civil (OSC) que, entre outras ações, estabelece acordos de cooperação com Secretarias Estaduais de Educação a fim de formar docentes para que promovam a educação política em sala de aula com os materiais pedagógicos da Politize!. Por meio da janela de oportunidade criada com a aprovação do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a instituição conseguiu formalizar 8 acordos estaduais, em 4 regiões do país, por meio dos quais formou 1.296 docentes, alcançando, até 2022, 73.086 estudantes em 2.748 turmas. O resultado do artigo consiste em uma apresentação aprofundada de um caso de sucesso que tem o potencial de inspirar ações correlatas em um campo incipiente. Concluímos que a educação política nunca foi tão necessária na construção de uma nova cultura política que estimule a participação, o diálogo e a defesa da democracia no Brasil e no mundo.

1 Doutorando em Administração, Mestre em Administração e Graduado em Administração Pública pela UDESC/ESAG. Cofundador e Diretor Executivo da Associação Brasileira de Cabeça e PESCOÇO (ACBG Brasil) e da Politize!. Professor substituto no curso de Administração Pública da UDESC/ESAG.

2 Bacharel em Direito (UFMG), licenciada em Letras (UNOPAR). Alumni do Programa de Desenvolvimento de Lideranças em Educação do Ensina Brasil. Atuou em sala de aula e na gestão pedagógica de escola da rede pública de Caruaru/PE. Hoje é Coordenadora de Projetos na Politize!.

3 Assessora de Avaliação e Monitoramento na Politize!, Escritora de artigos e materiais pedagógicos, professora de matemática formada pela UNOPAR (PR) e Engenheira Química formada pela UFSCar (SP). Atuou em sala de aula e na coordenação de área através do Programa de Desenvolvimento de Lideranças da Rede Ensina Brasil por 3 anos no Município de Caruaru, Pernambuco. Também fez parte da rede Conectando Saberes, organizando oficinas colaborativas para formação de professores em ferramentas digitais em parceria com a SEDUC em 2020.

**Palavras-chave:** Educação Política; Educação Básica; Novo Ensino Médio; Componentes Curriculares Eletivos; Itinerários Formativos.

## Introdução

Não é de hoje que a crise da democracia brasileira nos preocupa. Aliás, nos perguntamos, constantemente, se houve algum momento de nossa história onde não estivemos em uma crise no que tange à democracia e seus princípios.

Somos a 4<sup>a</sup> maior democracia do mundo - atrás de Índia, Estados Unidos e Indonésia; em termos populacionais -, mas ainda sofremos com uma cultura democrática frágil, baixo nível de participação política (EIU, 2021; BAQUERO, 2001) e um grande nível de desconfiança em relação às pessoas e instituições que nos representam (INSTITUTO SIVIS, 2021).

Como reflexo disso, conhecemos pouco a nossa democracia e todos os atores que interagem no tecido social favorável ou contrariamente à democracia. Tal desconhecimento é refletido em dados, como na pesquisa do Latinobarômetro (2021), que aponta: (i) 21% dos brasileiros estão satisfeitos com a democracia (pior resultado da América Latina); (ii) 53% dos brasileiros não se importam em viver em democracia ou não (2º pior resultado da América Latina); (iii) 31% dos brasileiros não acreditam mais que a democracia seja o melhor sistema de governo (a maior queda de toda a América Latina).

Somado a isso, o Brasil ainda vive sob crescente polarização e desinformação, colocando-nos acima da média global em radicalismo político (DUFFY et al., 2021). Isso prejudica não só a nossa democracia, mas também a saúde mental e emocional das pessoas, causando sentimentos como ansiedade, medo e resistência ao debate político. Ademais, possuímos uma cultura imediatista, retratada por eleitores desinteressados que, muitas vezes, projetam nos representantes eleitos a solução dos problemas, na esperança de resultados rápidos e eficazes. E como as respostas não são rápidas, o produto final é uma grave crise de representatividade e distanciamento.

Elementos como os supracitados foram a inspiração para a fundação da Politize!, organização da sociedade civil que tem a missão de formar uma geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia. Em termos de delimitação para a atuação, a escolha foi a educação política, entendendo que o que há de mais democrático no Brasil é justamente o despreparo para exercer a democracia.

Como diz Benevides (1994), não há democracia e cidadania sem educação política. Portanto, faz-se necessário começar o quanto antes, incluindo o ambiente

escolar como um espaço relevante para o desenvolvimento de valores democráticos e competências cidadãs.

É justamente sobre isso que o presente artigo pretende versar, compartilhando experiências exitosas da Politize! no Novo Ensino Médio, à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

## O novo ensino médio e a base nacional comum curricular (BNCC)

Em 2017, duas grandes mudanças em políticas públicas educacionais aconteceram em nível nacional: a primeira foi a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que tem caráter normativo e que estabeleceu diretrizes curriculares para a definição do aprendizado essencial na educação brasileira. Nessas diretrizes foi firmado o eixo da educação cidadã como central para a educação básica, de modo que a temática está presente em 5 das 10 Competências Gerais e em dezenas de Habilidades Específicas previstas para toda a formação básica.

A segunda mudança foi em relação à etapa do Ensino Médio. A mesma lei que autorizou a existência da BNCC (a Lei nº 13.415/17, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) também trouxe mudanças na estrutura curricular do Ensino Médio. Isso significou a ampliação da carga horária prevista para essa etapa escolar, que passou a ser estruturada em duas partes: a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos. Ou seja, com o aumento da carga horária total do Ensino Médio, que passou de 2.400 horas para 3.000 horas, foi destinada uma parte do currículo (pelo menos 1.200 horas) para, dentre outras questões, o desenvolvimento de itinerários formativos e de componentes curriculares eletivos, organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, de modo que se percebe, na parte flexível do currículo, grande abertura para a implementação de temáticas voltadas para a educação cidadã.

De forma prática, cabe, portanto, a cada Secretaria Estadual de Educação, a estruturação de um currículo que abarque a carga horária mínima prevista nas novas definições para o Ensino Médio. Tarefa tal que pode ser realizada a partir de articulações estabelecidas com outras organizações, que apoiem a realização de estudos e ofereçam atividades que se alinhem com o desenho curricular previamente definido e que atendam, conforme determinado pelo art. 17, § 9º da Resolução nº 03, de 21 de novembro de 2018 do Ministério da Educação, “à

heterogeneidade e pluralidade de condições, múltiplos interesses e aspirações dos estudantes, com suas especificidades etárias, sociais e culturais, bem como sua fase de desenvolvimento” (MEC, 2018).

Contudo, enquanto há um grande interesse das Secretarias Estaduais de Educação em formar parcerias com organizações do terceiro setor, com fins de fornecer soluções para as trilhas e os componentes curriculares eletivos, especialmente considerando o calendário de implementação apertado, ainda há poucas organizações oferecendo esse apoio.

O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNem) foi instituído pelo MEC em 2018 com o objetivo de fornecer apoio técnico e financeiro às redes estaduais de educação para a implementação do Novo Ensino Médio. E a partir da definição dos indicadores de resultado e impacto previstos para o Programa, foi afirmada a confiança do poder público na repercussão dessa implementação no incremento do desenvolvimento educacional dos jovens que passarem pela reformulação da etapa final de ensino. Isso porque a melhoria do IDEB é um dos elementos previstos como indicador de resultados e impacto, além da porcentagem de escolas oferecendo um mínimo de 2 itinerários formativos e a porcentagem de escolas, nas 27 unidades federativas, com novo currículo implantado, com carga-horária de 1.000 horas anuais.

Como contraponto, há que se reconhecer que o Novo Ensino Médio tem suas dimensões diante das incertezas e discordâncias em relação a sua implementação, que está permeada por desafios que variam bastante, de acordo com o contexto de cada território. Como exemplo, cabe destacar o índice de distorção idade-série em 2021 que tem, para o Ensino Médio, a média nacional de 25,3% segundo dados do Qedu de 2021. Isso significa que, a cada 100 crianças, aproximadamente 25 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais. Contudo, se for comparar regionalmente, estados como Bahia (47,1%) e Rio Grande do Norte (39,8%) possuem uma taxa maior do que comparada aos estados de São Paulo (12,4%) e Paraná (14,3%). Nesse sentido, o fortalecimento de movimentos que promovam a aprovação desse espaço, tornando efetivas as medidas para levar para a sala de aula a educação para o exercício da cidadania, conforme estabelecem a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, deve, também, pensar em como as políticas públicas vão atender equitativamente os desafios regionais.

Importa destacar que a escola é, por excelência, o espaço público onde formam-se os futuros cidadãos e cidadãs, além de ser o equipamento público mais capilarizado pelo país. E, em se tratando do foco no Ensino Médio, há um diferencial: são 27 Secretarias Estaduais de Educação que concentram 85% dos 7,9

milhões de estudantes nessa etapa. Isso permite aos movimentos, que visam apoiar o poder público na consolidação de uma educação política que valorize e respeite a pluralidade de ideias como eixo importante para a educação básica, alcançarem larga escala, com uma articulação focada em poucos atores institucionais.

A Politize!, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como missão *formar uma geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia, levando a educação política a qualquer pessoa, em qualquer lugar*, vem atuando, desde a sua fundação em 2015, com o foco de levar impacto para a Educação Básica, produzindo conteúdos direcionados a estudantes - como, por exemplo, o Guia de Atualidades Políticas para o ENEM - e realizando oficinas por meio do programa de Embaixadores Politize!, que está espalhado por diferentes localidades do Brasil, e oferecendo formação e atividades educativas para jovens e novas lideranças públicas interessadas em fortalecer a democratização e o acesso ao conhecimento político.

Essa experiência tem mostrado que estudantes do Ensino Médio têm forte potencialidade para se beneficiarem de uma educação política democrática. Além de boa parte já ter atingido a idade para votar (marco simbólico de reconhecimento da cidadania política), é nessa fase da vida que passam por fortes transformações no sistema de crenças e valores, e ainda fazem escolhas que serão marcantes para a vida adulta.

Aliado a isso, em pesquisa com organizações e lideranças públicas brasileiras - parlamentares, gestores públicos, ativistas etc., de diferentes espectros ideológicos - que a Politize! conduziu em 2019, constatamos que as experiências vividas na escola durante o período da adolescência foram determinantes para as escolhas que fizeram na direção de uma carreira dedicada à causa pública.

Dante do cenário aqui exposto, e do entendimento de que alcançar uma transformação na cultura política passa pela formação desde a escola de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia, a partir de soluções sistêmicas e escaláveis, a Politize! optou por expandir a sua atuação no eixo de Educação Básica, criando o Programa Escola da Cidadania Atival, que produz material pedagógico e formações para professores e estudantes, atuando em cooperação com Secretarias de Educação e apoiando a implementação de políticas públicas variadas.

De forma breve, a atuação da organização se dá por meio de 5 projetos, que atendem diretamente professores(as) do ensino básico ou estudantes desse mesmo segmento:

1. *Trilha de Aprofundamento “Liderança e Cidadania”*: currículo de referência de 900 horas em Liderança e Cidadania, organizado em 6 Unidades Curriculares de 150 horas e 30 módulos de aprendizagem, que podem ser ajustados à realidade de cada rede.
2. *Formação de Educadores(as) em Liderança e Cidadania*: formação de 40 horas para professores(as) das redes parceiras e em formato EAD com o intuito de apresentar, ampliar e potencializar os debates propostos pela Trilha de Aprofundamento “Liderança e Cidadania”, permitindo assim que os professores conheçam de forma mais aprofundada as oportunidades do Novo Ensino Médio e como a Trilha de Aprofundamento pode contribuir nesse movimento.
3. *Eletivas*: Componentes Curriculares de 40 horas aulas a serem oferecidas tanto como eletivas livres quanto como matérias da Trilha de Aprofundamento. Em conjunto também são ofertadas formações síncronas para os professores parceiros, para aprofundarem na temática de forma prática.
4. *Formação “Planejamento De Iniciativas Sociais”*: Componente Curricular Eletivo, em formato EAD, com carga horária de 40h que traz a compreensão sobre o funcionamento da política institucional, o reconhecimento dos alcances das políticas públicas e a identificação de meios para planejar intervenções baseadas na realidade dos estudantes.
5. *Formação Liderança Ativa*: formação de 40h para líderes estudantis, com foco em planejar uma intervenção positiva na escola. O curso traz os conceitos de gestão democrática, comunicação não violenta e conhecimentos sobre o sistema educacional, de forma que os estudantes líderes possam melhor desempenhar o papel pelo qual foram escolhidos democraticamente dentro da escola.

Durante os anos de 2021 e 2022, a organização articulou, juntamente com as Secretarias Estaduais de Educação nas quais possuem acordos assinados (em nome: AC, AM, BA, SP, DF, RR, SE e MT), os projetos acima detalhados, visando a implementação de cada um. Para os estados em que a implementação já vem ocorrendo, também aproveita-se para coletar depoimentos de como têm sido a experiência com o público alvo. Dessa forma, trazemos aqui uma amostra desses depoimentos, que endossam a existência de programas estruturantes e de apoio à implementação da educação para cidadania no ensino básico brasileiro.

## As experiências com a Trilha de Aprofundamento

Desde 2020, como sugere o Guia de Implementação do Novo Ensino Médio elaborado pelo Ministério da Educação, as redes estaduais e municipais de ensino que ofertam a modalidade do ensino médio não têm medido esforços para a re-elaboração dos currículos a partir da BNCC, visando colocar em prática a proposta de flexibilização curricular. A Politize! então vem apoiando esse movimento de curricularização a partir da oferta de componentes curriculares eletivos e uma trilha de aprofundamento de 900 horas em Liderança e Cidadania, organizada em 6 Unidades Curriculares de 150 horas e 30 módulos de aprendizagem, que podem ser ajustados à estrutura curricular proposta por cada rede e da etapa de implementação em que cada uma se encontra.

Em especial para a Trilha de Aprofundamento, no segundo semestre de 2021 e durante o ano de 2022, a organização vem apoiando diretamente os estados de São Paulo, Sergipe, Mato Grosso, Acre, Amazonas e Roraima. Lícia Martha Daniel de Oliveira, especialista no Novo Ensino Médio na Secretaria do Estado de Sergipe, quando perguntada se os materiais da Politize! contribuem para fortalecer a prática docente, trouxe: “*Eu acredito que todos eles contribuemativamente (...) Tem uma professora com que converso bastante que me disse: ‘Lícia, você precisa ver antes e depois [dos(as) estudantes]. A questão da construção de argumentos, da argumentação do pensamento crítico.’ Então eu acredito que ajuda, sim. Muito.*” Também perguntamos se as formações que a Politize! contribuem no desafio de formar professores(as) aptos a lecionar dentro de uma proposta curricular mais ampla. Ela nos disse: “*Muito, muito, muito mesmo. Desde as reuniões, existe uma coesão muito forte entre o que vocês se propõem e aplicam, então isso daí para a gente é muito importante, já deixa a gente um pouco mais livre, um pouco mais leve. Os professores gostam muito das formações, eles gostam muito, sabem? Então é algo que eles realmente levam em consideração. E, apesar do dia corrido deles, eles fazem um esforço tremendo para participar.*”

Também conversamos com Jaqueline de Oliveira Gonçalves e Manoel Feitosa Jeffreys, Coordenadora de Projeto de Vida e Gestor interino do Novo Ensino Médio na secretaria estadual do Amazonas. Perguntamos se os projetos da Politize! fortalecem a democracia, e Jeffreys iniciou dizendo: “*Sim, a gente vê algo bem latente no decorrer do material, e algo que a gente também já almejava. Inclusive, em alguns dos pontos que a gente estava analisando na trilha, a gente viu que tem alguns planos de aula que estão bem alinhados, então o professor vai conseguir gerar esse conhecimento. Então esse é também um dos nossos objetivos. (...) A gente conseguiu ver uma evolução.*”. Jaqueline complementa: “*E todas as temáticas que estão reforçando a cidadania*

*e democracia. Quando nos trouxeram a discussão da parceria com a Politize!, ela nos trouxe as temáticas para fazer uma análise. A gente discute em grupo e vê que é totalmente voltada, parte da cidadania, da justiça, da democracia. Então isso vai auxiliar muito nas discussões, nas críticas, nos argumentos. (...) Está casando muito bem com o que a gente está construindo. Muito bem mesmo, porque a ideia não é jogar os conceitos para os estudantes, a ideia é fazer com que eles refletam mesmo. É dentro de sala de aula, que o debate aconteça, né? Que a criticidade ocorra, que eles consigam ter argumento pra justamente, lá na frente, eles conseguirem ter seus próprios pensamentos. Tá aí a democracia.”.*

Também entrevistamos Danielly Franco de Matos, Chefe da Divisão de Ensino Médio da Secretaria Estadual do Acre, e ela trouxe sua visão sobre a parceria com a organização: “*A gente ficou muito feliz, muito contente pelo apoio, pela procura, porque a gente realmente estava num momento precisando de parceiros, precisando de apoio. “Será que a gente tá fazendo certo?” E quando a gente conheceu o material da Politize!, a gente viu que estava no caminho. (...) É uma rota que atende muito ao contexto, é atual, não é uma rota que destoa, é na linguagem dos jovens, uma linguagem muito bacana. E também fora todo o apoio da Politize!”.* Também perguntamos se os projetos da Politize!, na visão da secretaria, fortalecem a cidadania. Ela trouxe: “*Eles têm a linguagem do aluno, sem perder a seriedade, e colaboram cada vez mais para o aprendizado, requerem uma reflexão, um pensamento crítico, e eu acho isso muito bacana, porque fortifica muito a cidadania mesmo.”*

Importa acrescentar que o período pandêmico, iniciado em 2020, trouxe desafios às escolas, que subsistem após o retorno às aulas presenciais e que afetam, nesse momento, a reorganização do currículo, proposta pela Lei nº 13.415/17. Muitas redes estaduais e municipais de educação estão readequando o calendário escolar e ainda iniciam os anos cumprindo a carga horária referente ao ano letivo anterior.

Além disso, há uma grande preocupação com a necessidade de se estabelecer planos de recomposição da aprendizagem. Apesar de todos os esforços observados no cenário educacional, para oferecer propostas educativas para os estudantes durante o período de ensino remoto, é evidente que cada contexto trouxe consigo desafios bastante variáveis e que cada rede precisou se adequar às suas realidades e implementar as medidas que lhes eram possíveis, tendo como orientador as determinações das Secretarias de Educação e do MEC.

Desse modo, de acordo com cada especificidade, tivemos escolas que conseguiram, em alguma medida, ofertar um ensino remoto ou híbrido durante o período de isolamento social, enquanto outras ajustaram a data do fim do ano letivo. Com relação ao currículo, foi necessário, durante esse período, redefinir critérios

avaliativos e a forma como seria aplicado. Algumas redes, então, optaram por priorizar habilidades e outras adotaram o chamado *continuum curricular*, proposta para garantir o desenvolvimento contínuo das aprendizagens de 2020 a 2022.

Os resultados do Ideb de 2021 mostram que, apesar de o resultado geral ter se mantido idêntico ao de 2019, a nota com relação ao nível de aprendizado dos estudantes passou de 4,53 para 4,41. Além disso, as médias de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, que vinham em uma crescente desde 2015, sofreram redução em 2021 (passaram, respectivamente, de 272,02 e 268,61 em 2019 para 269,54 e 262,37 em 2021).

Para além desses resultados, é crucial considerar que as escolas e as Secretarias de Educação precisaram traçar estratégias para restabelecer vínculos com os estudantes e suas famílias, tendo em vista o longo período de isolamento e afastamento dos prédios das escolas, além das taxas de abandono observadas ao final do ano de 2020, já que, segundo pesquisas, mais de 5 milhões de crianças e adolescentes, entre 6 e 17 anos de idade, não estavam frequentando a escola ou realizando atividades escolares.

Todo esse cenário se sobrepõe aos desafios impostos pelas mudanças e necessidades de adaptações que a chegada do Novo Ensino Médio trouxe, e ainda suscita distorções entre as redes com relação à etapa de implementação e ao nível de absorção dessas alterações, a depender das circunstâncias vivenciadas durante e após o período de isolamento social. Nesse sentido, o apoio às Secretarias Estaduais de Educação precisam levar em consideração todos esses fatores e contar com certo nível de flexibilidade, para garantir que as soluções apresentadas sejam de fato possíveis de serem colocadas em prática.

## **As experiências com os componentes curriculares eletivos**

Em paralelo às conversas sobre a trilha, a Politize! também realizou entrevistas com professores(as) que aplicaram alguma das 7 Eletivas ofertadas às redes estaduais do Mato Grosso, São Paulo e Sergipe. Da mesma forma que a trilha, o Projeto Eletivas visa fortalecer o exercício da cidadania de estudantes e professores(as) através da oferta de material pedagógico e formações para docentes. Conversamos com Marcos Antônio Goes Costa, professor que lecionou a eletiva: “Inovação e Sustentabilidade” na cidade de Boquim (SE), no Colégio Estadual Cleonice Soares da Fonseca. Pedimos que ele se apresentasse e falasse suas percepções sobre o material. Ele nos trouxe: “Sou Professor do Integral (...) e aí a gente tem as Eletivas. Fazemos o cardápio delas e o estudante se inscreve. Tivemos mais de 60 inscritos. E aí eu fui pegar o material. E o material tem algo que eu gosto muito: ele tem

*uma base teórica muito legal, sabe? O conteúdo que a Politize! disponibilizou para a gente é muito bom. (...) E aí eu comecei a pesquisar o material. E olha, que impacto! Ele já começou a me modificar, porque eu comecei a ver coisas que eu não sabia, como os conceitos de Economia Circular e ODS. (...) Toda vez que eu clico nos anexos tem um vídeo, um link, algo que modifica a pessoa.”.*

Perguntamos também em que medida a experiência com a eletiva tem a ver com democracia, e ele nos disse: “*Tem tudo a ver. Sabe por que ela tem tudo a ver na Eletiva “Inovação e Sustentabilidade”? Porque ela traz verdade, traz conhecimento científico, informações, e eu como cidadão tenho que levar essa verdade. Então eu reparto essa informação com meus estudantes e buscaremos mudança juntos. Pensar sozinho não vai. (...) a democracia é você ter o acesso a falar aquilo que é verdadeiro. Ela tem esse charme.”*

Em uma outra entrevista, a Professora Janaína de Carvalho, da Eletiva “Jornalismo, Imprensa e Democracia”, ministrada no Colégio Estadual Nelson Mandela, situado em Aracaju (SE), nos trouxe: “*Eu percebo como meu aluno já expandiu um pouco o olhar, não está mais compartilhando informações sem verificar. Nesse sentido, tenho certeza que a eletiva veio para despertar esse lado do cidadão que vai atrás, que vê tem seus direitos, que precisa reivindicar, mas que precisa saber também dos seus deveres. (...) Eu acho que isso a eletiva veio a cumprir e nos comentários que os meninos fizeram eu fiquei tipo olha, surtiu efeito, a aula foi compreendida.”.*

Em um terceiro momento, conversamos com um professor das eletivas “Inovação e Sustentabilidade” e “Informação e Desinformação” no município de Propriá (SE), que nos disse: “*Quando apliquei a eletiva ‘Informação e Desinformação’ trabalhava a questão do que é fato ou não e apresentei os canais de informação conforme o material apresentava, porque eu não conhecia os canais onde poderia descobrir se a notícia é verdadeira ou não. Já foi um ganho enorme aqui para mim porque eu passei esse aprendizado para minha vida, todas as vezes que eu recebo num grupo que vemos, quando a pessoa lança, eu já pergunto se essa notícia foi checada. Os próprios meninos brincam assim quando alguém diz algo: ‘Isso é fato ou é fake?’ . Foi um impacto massa essa eletiva.”.*

Também ouvimos a professora Gildete Cecilia Neri Santos Teles, da eletiva “Diálogo, Debate e Negociação”, ministrada no Colégio Estadual Professor Gonçalo Rollemburg Leite, em Aracaju (SE). Ela nos contou que “*No primeiro encontro a gente deixou bem aberto sobre o que eles queriam ver nessa eletiva. ‘Sobre o que vocês querem falar?’”. Como foi completamente remota, a gente criou uma nuvem de palavras e os estudantes colocaram o que eles queriam fazer a partir da eletiva, como por exemplo, ‘eu quero criar bons argumentos’. Eu me lembro que um estudante disse que ‘queria ver tudo, menos política’ e a gente aproveitou esse mote para que a gente pudesse conceituar o que era política, se era sobre falar de partidos ou se, de fato, é tudo que rege*

as nossas relações. ‘O fato de vocês silenciarem o turno da fala de alguém é uma decisão política, por exemplo’, ‘Todas as decisões que a gente tem na nossa vida, na nossa casa, são decisões políticas, independente de partidos políticos’”.

Perguntamos também se, enquanto cidadã, existia alguma prática que a eletiva fez despertar. Ela respondeu: “*Nem sei como numerar, mas no sentido do cuidado com o outro, de ficar mais atento às necessidades do outro, das suas próprias necessidades, com relação à comunicação enquanto sociedade, das minhas necessidades enquanto indivíduo. A grande contribuição é com relação à comunicação saudável que, consequentemente, acaba influenciando na manutenção da democracia.*”

Por fim, também conversamos com a Professora Gabriela Fonseca, da eletiva “Informação e (Des)informação”, que ministrou na Escola Estadual Professora Maria Angelica Baillot e na Escola Estadual Bairro Jundiaquara, ambas em Araçoiaba da Serra (SP). Quando perguntada sobre quais conhecimentos foram agregados à prática a partir da eletiva, Gabriela disse que, quando assiste algo sobre a temática *fake news* faz associação com a eletiva. Ela vê as informações com um outro olhar na hora de compartilhar. Quando perguntada se os estudantes aprimoraram a habilidade de dialogar saudavelmente através da eletiva, Gabriela trouxe uma aula em especial cuja temática era sobre tipos de fontes e compartilhamento e que os estudantes foram questionados se já haviam fomentado discussões agressivas ou compartilhados mensagens montadas em grupos de WhatsApp e a resposta que ela recebeu foi negativa, os estudantes se preocupavam em não enviar conteúdo danoso ou se desligar de grupos que adotavam esses hábitos. “*O material ensina e eles adquirem essa consciência*”, ela termina.

## As experiências com formações on-line

A Politize! também oferta formações à distância para professores que optem por se aprofundar sobre os conceitos explorados na Trilha de Aprofundamento, em especial sobre o Novo Ensino Médio e as juventudes.

Entrevistamos o Professor Raphael Xavier Barbosa, que atua no Núcleo de Gestão Curricular da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas e que finalizou a formação para educadores em Liderança e Cidadania, e perguntamos se existia alguma prática cidadã que a formação fez despertar. Ele nos trouxe: “*O processo de repensar o que eu tinha aplicado de conteúdo lá em 2019 com os meus estudantes no projeto que eu executei, porque existiram discussões que envolviam cidadania, questões políticas e de reflexão do papel que a escola poderia desempenhar, ou do papel dos estudantes na escola. Discutindo sobre educação política na formação, hoje vejo que eles poderiam ter sido muito mais ampliados. Os exercícios que foram colocados dentro da*

*formação me fizeram pensar na ressignificação, determinadas práticas que talvez eu não tenha dado tanta atenção.”*

Também perguntamos se ele considera que a formação fortaleceu o desenvolvimento de lideranças docentes. “*Eu acredito que os professores, no mínimo, começaram a se repensar. Quando vocês propõem a disposição sobre escutar o outro, quando vocês propõem as discussões de você criar um espaço onde exista o diálogo, onde exista essa reflexão. E aí você começa a promover nos professores esse sentimento e repensar as práticas. Quando vocês propõem aquelas discussões que envolvem o professor, pensar o seu papel social e fazer com que os estudantes repensem o seu papel social e o sentido da escola, vocês plantaram uma sementinha de fazer com que os professores pensem que os estudantes também são protagonistas do processo de ensino-aprendizagem, que são dois protagonistas na sala de aula, é você enquanto professor, que é protagonista no processo de buscar novas práticas e buscar novas ações para o processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Assim como um estudante também é protagonista no sentido de que ele também deve propor aquele espaço democrático. Porque ele também tem um projeto e um sonho para atingir, e aquele espaço deve ser baseado no diálogo.*”

Além da formação para professores, a Politize! tem foco na formação de estudantes. Para isso, oferece às redes de educação duas formações à distância: o componente curricular eletivo EAD Planejamento de Iniciativas Sociais e a formação extracurricular Liderança Ativa.

A eletiva EAD Planejamento de Iniciativas Sociais busca potencializar e fortalecer nos estudantes a capacidade de intervenção em sua própria realidade, entendendo primeiramente como a política brasileira se organiza do ponto de vista sistêmico, apontando limites e perspectivas. Em seguida, são mobilizados conceitos que indiquem como eles podem ser agentes de mudança em seu próprio território ou entorno, tais como participação política, políticas públicas e projetos sociais.

Apresentar esse campo é falar sobre cidadania e empreendedorismo social, pois estamos falando dos assuntos comuns à localidade e àquelas pessoas que estão nesse território, além de serem pensadas soluções para determinadas realidades. Junto a isso, há uma intencionalidade em desenvolver competências como Conhecimento, Comunicação, Trabalho e Projeto de Vida, e Autoconhecimento.

A formação “Liderança Ativa”, por sua vez, tem por finalidade desenvolver habilidades de liderança em estudantes, para compreenderem tanto aspectos relativos ao processo de escolha de representantes, quanto a função de líderes estudantis, para que possam atuar de forma democrática e com excelência, proporcionando uma intervenção positiva na escola.

O curso possibilita conhecer o universo do sistema educacional brasileiro, bem como suas leis e cargos atuantes nos diferentes níveis e esferas, bem como apresenta ferramentas para o desenvolvimento do diálogo plural na escola, respeitando a diversidade.

Além disso, a formação apresenta conceitos de liderança servidora e protagonismo estudantil, a fim de ampliar a atuação de líderes estudantis, identificando seus espaços e planejando as ações, promovendo a empatia e a equidade no contexto escolar. Ainda, apresenta grêmios estudantis como forma de viabilizar a gestão democrática na escola.

Conversamos com o estudante Gustavo Henrique dos Santos Silva, do CIEI - Complexo Integrado de Educação de Itamaraju (BA), e pedimos suas percepções sobre a formação EAD de 40h “Liderança Ativa”, que foca em habilidades de liderança democrática estudantil. *“O meu desafio de representar as pessoas passava muito por encontrar uma forma de conseguir comunicar como as coisas funcionavam, o meu papel era explicar realmente o que precisava ser feito para que as ideias pudessem acontecer. Nesse sentido, sinto que desenvolvi muito a habilidade de saber conversar, escutar, não só os alunos, mas qualquer pessoa. Eu era muito calado, não falava tanto quanto hoje. O [curso] Liderança Ativa ativou essa habilidade em mim. Hoje eu percebo que isso me formou e vai me ajudar a formar outras pessoas. Através do Liderança Ativa e seus seis módulos, eu pude entender e pude ir à frente, ‘vai, você consegue’, e o Liderança Ativa foi aquilo que me ensinou a me colocar mais.”*

Também conversamos com a estudante Jhuly Borges Oliveira, residente da cidade de Itabuna (BA) e estudante do Centro Integrado Oscar Marinho Falcão. Perguntamos se havia alguma prática cidadã na qual a formação Liderança Ativa a despertou. *“A visão de resolver problemas. Eu sabia escutar o problema mas não sabia como fazer, por onde resolver e como enxergar uma ideia que possa resolver. O [curso] Liderança ativa me mostrou como resolver problemas. Como liderança cidadã, eu sabia que era errado, mas como poderia mudar aquilo? O Liderança Ativa fez eu enxergar isso!”.*

Por fim, conversamos também com um estudante Líder em Sergipe, do Centro De Excelência Dr Milton Dortas. Ele nos trouxe: *“Quando eu iniciei o curso, eu sabia que aquilo ali iria me ajudar em todos os aspectos porque eu tenho na minha mente que o líder servidor não é só ele, não é chefe, ele não está ali pra mandar, ele está ali para compreender, pra ajudar. Também tem o lado humano. E muita das vezes as pessoas levam o título ou cargo para cima da cabeça. Acaba se elevando o egoísmo. E no curso eu aprendi que a gente, como líderes, como protagonistas da nossa história, a gente precisa desse conceito [de liderança], ter essa mente aberta pra entender, pra ouvir o outro, pra ser justo, (...) saber dar a mão e também ter o limite. Porque tudo que a gente faz tem um*

*limite. É assim que me posiciono, quando a gente fala liderança servidora, a gente precisa ter em mente que não estamos ali pra mandar, pra ser chefes.”.*

Apesar dos relatos animadores com relação às implementações de formações para professores e para estudantes em formato EAD, alguns impasses também são impostos às propostas. As implementações realizadas no ano de 2022, em meio ao contexto de retorno de estudantes e professores à rotina habitual de aulas presenciais, após um cenário de pandemia em que o meio virtual foi tão explorado, torna a manutenção do engajamento dos cursistas em cursos à distância um desafio - especialmente quando se trata de cursos extracurriculares e/ou não obrigatórios. Além disso, é preciso levar em conta todas as dificuldades relacionadas à acessibilidade de formações EAD, que foram muito percebidas por estudantes, suas famílias e pelas escolas durante o período de ensino remoto emergencial.

De toda forma, algumas reflexões podem ser extraídas dessas experiências com formações em formato EAD. Uma delas é que quanto mais essas formações estão inseridas na rotina escolar e de trabalho de estudantes e professores, maior é o valor agregado à proposta, assim como maior é a chance de esses cursistas conseguirem concluir todas as etapas formativas. Essa é uma estratégia que garante proximidade entre os parceiros técnicos e aqueles que devem estar sempre no centro da atuação junto à educação - os estudantes - e aqui, incluem-se também professores em formação continuada.

Além disso, importa considerar que para se conseguir apoiar o Estado na implementação de políticas públicas, não basta que os objetivos a serem alcançados com essas propostas estejam alinhados aos objetivos da política pública em questão. É necessário também que a atuação desses parceiros técnicos esteja de fato alinhada às práticas das Secretarias de Educação. Isso permite, àqueles que irão receber as formações, previsibilidade e entendimento integral dos objetivos e do funcionamento da formação.

Por fim, assim como as implementações da Trilha de Aprofundamento e dos Componentes Curriculares Eletivos, para as formações EAD também é fundamental que se considere o contexto de cada rede. Aferir o nível de conectividade presente nas escolas; a quantidade, as temáticas e o formato das outras formações oferecidas pela rede para professores e estudantes; os interesses formativos da rede como um todo, dentre outras questões, são medidas que podem orientar as estratégias de atuação, flexibilizadas de acordo com os resultados da análise realizada e, desse modo, tornar mais significativo o nível de contribuição da proposta a ser implementada.

## Considerações Finais

O objetivo da Politize! é garantir que os(as) estudantes e professores(as) componham uma geração consciente e comprometida com a democracia e isso perpassa pela compreensão basal sobre como exercer efetivamente a cidadania. Por meio do Programa Escola da Cidadania Ativa!, as ações da Politize! se pauporam em qualificar pensamento crítico e a ação cidadã dentro do espaço formal de educação, a escola. Dessa forma, o Programa existe para garantir o direito constitucional dos(as) estudantes de serem educados(as) para a cidadania.

Os nossos esforços têm sido em construir materiais pedagógicos e ofertar formações que realmente falem a linguagem do público-alvo e, sobretudo, forem de forma inclusiva e democrática, conhecimento político e cidadão. Além disso, as entrevistas e os depoimentos coletados nos servem de norte para avaliarmos essas mesmas ações, entendendo que o impacto realmente acontece a partir das vivências e das percepções do quanto os materiais e formações contribuem para o exercício efetivo da cidadania de professores e estudantes.

A proposta deste artigo foi, então, trazer o contexto da implementação do Novo Ensino Médio, a partir da reforma na BNCC, mostrar como a Politize! tem agido para apoiar secretarias de educação, professores e estudantes nesse processo de (re)curricularização e quais têm sido as percepções destes mesmos públicos sobre esse apoio e seus desafios neste momento de implementação.

De forma breve, entendemos que nosso apoio tem sido estruturante para as secretarias de educação - *embora sempre precise estar alinhada às práticas das secretarias e ao contexto de cada rede, o que torna nosso trabalho mais desafiador* - e traz reflexões críticas para a sala de aula.

## Referências Bibliográficas

- BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 33, p. 5-16, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EL\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EL_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação.

Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RES.OLUCAOCNE\\_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RES.OLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018.** Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/29495231/do1-2018-07-11-portaria-n-649-de-10-de-julho-de-2018-29495216](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/29495231/do1-2018-07-11-portaria-n-649-de-10-de-julho-de-2018-29495216)>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 29 set. 2021.

EIU - ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Democracy Index 2021: the China challenge 2020.** Disponível em: <<https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2021/>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

INSTITUTO SIVIS. **Valores em Crise.** Curitiba, 2021. Disponível em: <<https://sivis.org.br/wp-content/uploads/2020/08/RelatorioValoresEmCrisePrimeiraOnda.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

DUFFY, Bobby et al. **Culture wars around the world:** how countries perceive divisions. 2021. IPSOS and King's College Institute - The Policy Institute. Disponível em: <<https://www.ipsosexpoevents.com/sites/default/files/ct/news/documents/2021-06/Culture%20wars%20around%20the%20world%20.pdf>>. Acesso em 04 nov. 2022.

LATINOBARÓMETRO. **Informe Latinobarómetro 2021**. Santiago, 2021. Disponível em <<https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>> Acesso em: 04 nov. 2022.

QEDU. **Distorção idade-série - 2021**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/brasil/distorcao-idade-serie>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

QEDU. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - 2019**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/brasil/ideb>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2022.



ESCOLA DO  
PARLAMENTO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SÃO PAULO**